

MEMÓRIA DA OFICINA TERRITORIAL V: FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS – FOQS SANTARÉM – PARÁ



OFICINAS FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA GTAQ

18, 19 e 20 de Abril de 2018



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PARTICIPANTES

PARÁ		
NOME	QUILOMBO	MUNICÍPIO
Vanuza da Conceição Cardozo	Abacatal	Ananindeua
João Paulo Oliveira	Bom Jardim	Santarém
João Lira Rocha / João Pacu	Murumuru	Santarém
Lídia Roberta de Matos	Pérolas do Maicá	Santarém
Pedro Paulo	São Raimundo do Ituqui	Santarém
Manoel de Jesus M Coelho	Nova Vista do Ituqui	Santarém
Ana Cleide da Cruz Vasconcelos	Arapemã	Santarém
João Elder Laurindo	Saracura	Santarém
Dileudo Guimarães dos Santos	Foqs / Bom Jardim	Santarém
Haroldo Bernardo	Passagem	Monte Alegre
Raimundo Benedito da Silva Mota - Bena	Tiningú	Santarém
Lucélia Gonçalves Pereira	Surubiuçu	Santarém
Manuel de Jesus M. Coelho	Nova Vista	Santarém
Heloína Maria dos Santos	Pérolas do Maicá	Santarém
Ari Carlos	Mãe Domingas, Alto Trombetas I	Oriximiná
Roberth Luiz Nogueira da Costa	Pacoval	Alenquer
Edilton dos Santos Vilmena	Pacoval	Alenquer
Elmira Batista de Souza	União São João	Prainha
Julio Cesar Garcia Leitão	Pacoval	Alenquer
José Luis Onete de Assunção	Peafu	Monte Alegre
Francisco Sales N. dos Santos	Santa Rita de Barreira	São Miguel do Guamá
Janeth Batista de Souza	União São João	Prainha
Nete Ramos	São José do Rio Curuá	Alenquer
Ana Cleide da Cruz Vasconcelos	Arapemã	Santarém
AMAPÁ		
José Pereira da Silva	Carmo do Maruanum	Macapá
João Sales	Columbu do Patauzinho	Oiapoque
AMAZONAS		
Cassius Da Silva Fonseca	Quilombo de São Benedito	Manaus
Jamily Souza da Silva	Quilombo de São Benedito	Manaus

EQUIPE DE EXECUÇÃO	
NOME	INSTITUIÇÃO
Dileudo Guimarães dos Santos	Ponto focal do Quilombo Bom Jardim / FOQS
Equipe local: Claudiana Sousa Lirio Ivone Carvalho de Jesus Maria Elizete Parentes Lages Mario Augusto Pantoja de Sousa Andre Lopes Cardoso Andrielly Alves da Silva Aldo Luciano Correa de Lima Evair Pereira Santos Lourival dos Santos	FOQS - PA
Raimundo Benedito da Silva Mota – Bena	Malungu / Baixo Amazonas
Ronaldo dos Santos	Negra Anastácia
Milene Maia	ISA
Frederico Viegas	ISA
Anna Maria Andrade	ISA

Débora Almeida	IDS
Anna Cecília Cortines	IDS
Jacobson Rodrigues	MMA
Roberto Zanin	ICMBio
REPRESENTANTES DO GOVERNO, MEMBROS DO GT E OUTRAS INSTITUIÇÕES	
Francinete Pereira – Fran	Conaq
Denildo Rodrigues “Biko”	Conaq
Julia Dalla Costa	INCRA
Tiago Cantalice	Fundação Palmares
Poliana Azevedo	SNPIR/MDF
Maria Helena de S. Taverna	SNPIR/MDH
Leonardo Q. Correa	MMA
Mario Nicácio Wapishana	COIAB
Pedro Martins	Terra de Direitos
Camila Carneiro	MDS
Charly Ribeiro Sanches	ICMBio
Marcelo Borges	ICMBio/Trombetas
Carolina Bellinger	Comissão Pró-Índio de São Paulo
Lucia Andrade	Comissão Pró-Índio de São Paulo
Pedro Martins	Terra de Direitos
Ana Sarmiento	UFOPA
Luciana G. Carvalho	UFOPA
Judith Costa Vieira	UFOPA

Esta memória apresenta um resumo dos principais momentos e resultados preliminares do trabalho desenvolvido na oficina ocorrida em Santarém, na sede da FOQS – Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, nos dias 18, 19 e 20 de Abril. Trata-se de documento parcial em processo de construção.

Participaram desta oficina os quilombolas de diversas comunidades de Santarém, moradores representantes quilombolas de outros municípios do Pará, além de quilombolas dos Estados do Amazonas e do Amapá. Participaram também representantes da Conaq, de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e a equipe de execução.

PRIMEIRO DIA

18 DE ABRIL

MANHÃ

ABERTURA

Em roda, o grupo rezou um pai-nosso.

Dileudo (ponto focal, quilombola de Bom Jardim e presidente da FOQS): fez abertura e deu as boas vindas aos participantes em nome da FOQS.

Aldo (Centro Franciscano): explicou o uso do espaço franciscano onde está sediada hoje a FOQS, em Santarém. Fez uma fala de acolhimento, explicando que os alojamentos possuem redários, comum do contexto amazonico. Pediu que os participantes se sintam “em casa”: “estarem bem é o melhor que podemos oferecer”.

Dileudo: apresenta a equipe de trabalho local, da cozinha, logística, manutenção e reparos do espaço: Claudiana, Ivone (quilombo saracura e foqs), Mario Augusto Pantoja (Murumuru), André Lopes Cardoso (Turiaçu e Foqs), Elizete (Saracura). Outros que não estavam presentes no momento foram mencionados.

Foi feita uma rodada de apresentação dos participantes.

Jacobson (MMA): fez uma fala sobre a importância da agenda de construção de diretrizes para uma política de gestão territorial a partir da realidade das comunidades, de resolver a questão fundiária e enfatizou que as comunidades tradicionais e quilombolas têm protegido o meio ambiente desde 1500.

Falou do histórico das oficinas, um processo que resulta da construção conjunta de representantes do Ministério do Meio Ambiente, Conaq e do Grupo de Trabalho (GT) que conta com servidores de outros órgãos do governo. O primeiro ciclo de oficinas ocorreu em 2015 e 2016 em 6 territórios quilombolas. Para o segundo ciclo de oficinas, o MMA contratou o ISA e a Negra Anastácia. Explica que o ISA é responsável por conduzir as oficinas na parte metodológica e logística. E a Negra Anastácia faz a mobilização dos participantes. Agradeceu a presença e a oportunidade.

Milene (ISA): explica que o ISA participou do edital público. “Fomos muito provocados pela Conaq para participar desse processo. Avaliamos: se for para fortalecer o movimento, vamos nessa”. Mencionou o processo crescente de violência contra as lideranças dos movimentos sociais, cada vez mais agressivo e a necessidade fortalecimento do movimento quilombola. Explica que a oficina deve garantir o protagonismo e fala das comunidades quilombolas. Lembra que o ISA

esteve em Santarém com a Conaq em 2017 para discutir o Cadastro Ambiental e Rural – CAR - em comunidades quilombolas. “Essas Oficinas são uma oportunidade de fortalecer a parceria do ISA com o movimento social quilombola e a luta pelos direitos das comunidades, esse é o nosso compromisso”

Biko (Conaq): “a União Democrática Ruralista (UDR), que a gente achou que tinha morrido, não morreu. Fizeram um encontro com mais de 3 mil agricultores em Brasília e desceram em marcha para o Congresso Nacional. Eles disputam os nossos territórios na bala. São netos e bisnetos daqueles que nos escravizaram ao longo de 500 anos. Quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) estava para divulgar os dados sobre as mortes no campo, hackearam os dados de 2017.

Discutir gestão territorial é importante para pensar o território não só agora, mas para 50, 100 anos. Quem conseguiu chegar e está aqui na oficina tem a responsabilidade de colaborar com a discussão da gestão territorial também dentro do seu território. Cada um de nós que está aqui tem essa obrigação, até para fazer jus à luta aos nossos ancestrais que derramaram sangue na luta contra o modelo e o sistema existente na época, e os que lutaram pelo território. Quando o negro escapava e brigava, eles não concordavam com o regime da época, escravocrata. Então temos que honrar aquilo que os nossos antepassados fizeram lá no passado. Discutir gestão territorial é muito significativo para nós.

O momento brasileiro é muito difícil. Passamos por uma fase muito ruim da história brasileira. Perdemos direitos por canetada ou aniquilamento. Se não há repasse de recurso para a pasta, ela fica parada. O INCRA não tem orçamento para regularização fundiária. As Políticas Públicas são aniquiladas a um ponto de não avançar. Não tem como o Estado esconder a violação dos direitos humanos, eles estão cada vez mais presentes.

E qual o contraponto que nós temos que fazer? O capital força a expropriação descontrolada de recursos naturais, mas enfrenta barreiras. O agronegócio enfrenta barreiras: nós, os territórios tradicionais. Os territórios que resistem são estratégicos para a luta. Reafirmar direitos e conseguir avançar, um pouco que seja, é importante. Nós não somos coadjuvantes da história: negros, mulheres, jovens somos mais de 50% da sociedade brasileira. Nós somos o motor que vai impulsionar a transformação.

Com relação a gestão, nós quilombolas já estamos fazendo. Mas temos que dinamizar e melhorar a organização da gestão dos nossos territórios. Os rios nascem nos nossos territórios e nascem lá porque nós preservamos esse território. Produzimos vida, alimento e levamos vida para a cidade. Nossos territórios são ricos em minério, em biodiversidade, em cultura. Temos um papel significativo no processo de transformação da sociedade. Importante para nós da Conaq, nós somos parceiros da construção coletiva, nunca abrimos mão da parceria coletiva. As parcerias são “com” e não “para”. Feliz de estar de novo em Santarém.

Anna Cecília (moderação): fechando a abertura, Anna mostrou o caminho que será percorrido durante esses 3 dias de trabalho, anunciando as principais atividades da programação e a metodologia. Haverá diálogo em grupos maiores, grupos pequenos e plenária. A idéia é trabalhar de várias formas para que as trocas aconteçam da melhor forma.

Jacobson: menciona o conteúdo da pasta que os participantes receberam e da cartilha que resultou do primeiro ciclo de oficinas.

Finalmente, foram feitos os combinados de convivência: respeitar a fala dos demais, buscar bom senso no tempo das falas, evitar repetir o que os outros falaram, respeitar os horários, celulares no silencioso. Informes sobre reembolso de despesas de viagens e autorização de uso de imagem.

APRESENTAÇÃO DO ISA

Milene: O Instituto Socioambiental (ISA) está responsável pela execução das oficinas sobre Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ). O ISA foi fundado em 1994, defende os direitos coletivos de povos e comunidades tradicionais. Possui um trabalho sólido com os povos indígenas. E com os quilombolas atua há 18 anos no Vale do Ribeira. Possui 7 escritórios no país: sede em São Paulo e escritórios regionais em: Brasília (DF), Eldorado (SP), Canarana (MT), Altamira (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Boa Vista (RR).

O ISA busca apoiar as organizações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, contribuir para a manutenção das suas formas próprias de cuidar da terra, sem esquecer da biodiversidade e da necessidade de ter qualidade de vida, de cuidar da terra num outro modelo de desenvolvimento. O compromisso do ISA é o fortalecimento dessas comunidades para poder fazer um enfrentamento ao que está posto de destruição dos recursos naturais e dos territórios.

Temos construído com a Conaq uma parceria que visa fortalecer e dar visibilidade à luta pelos territórios quilombolas. As informações oficiais sobre as comunidades e territórios quilombolas são dispersas, isso dificulta criar mecanismos de enfrentamento. Necessidade de sistematizar essas informações.

Fred: explica que o trabalho com as comunidades no Vale do Ribeira tem 18 anos e seguem esses princípios do ISA que Milene apresentou acima. "Começamos o trabalho com Ivaporunduva e hoje estamos assessorando permanentemente 16 comunidades. Construímos com as comunidades estratégias de enfrentamento tanto das questões do dia-a-dia, como relacionadas às políticas públicas que incidem sobre os territórios, respeitando o modo de vida das comunidades. O trabalho de diagnóstico das demandas dos territórios foi importante para pautar toda a atuação posterior. Primeiro foi realizada a Agenda Socioambiental Quilombola, que mapeou demandas gerais e desafios enfrentados pelas comunidades. Depois o Inventário de Patrimônio Imaterial, construído com

pesquisadores quilombolas dentro de uma estratégia de luta contra as barragens do Rio Ribeira. Esse trabalho foi feito visando levantar e dar visibilidade aos conhecimentos e práticas dentro e fora das comunidades. E por fim, o fortalecimento do Sistema Agrícola Tradicional, a partir da compreensão que esse sistema é estruturante do modo de vida das comunidades quilombolas na região.

A parceria com a Conaq para construir um marco da gestão territorial que poderá ser aplicado ao conjunto dos territórios quilombolas do Brasil é uma ação que estamos desenvolvendo em nível nacional.

LINHA DO TEMPO

A construção da linha do tempo foi conduzida por Ronaldo e Fran (Conaq) junto com os participantes. O objetivo da linha do tempo é traçar o histórico de organização das comunidades quilombolas nos diversos estados, enfatizar a importância do movimento social quilombola na conquista de direitos e situar o atual momento em que o governo e a Conaq discutem a construção de diretrizes de uma política de Gestão Territorial e Ambiental, processo conduzido pelo MMA.

O painel reuniu os marcos históricos da trajetória do povo negro no Brasil: datas importantes do processo de organização do movimento quilombola, dispositivos legais que consolidam as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos, e as ameaças, em diversos níveis, que as comunidades, seus territórios e modos de vida enfrentam. Datas marcantes da conjuntura política nacional que afetam as comunidades também foram agregadas à linha do tempo.

1534	1850	1890	1960	1970
Primeiro quilombo citado na historiografia (Ubiratã Castro, UFBA)	Lei de Terras estabelece critérios de acesso que exclui a população negra do direito a terra	Chegada da matriarca da comunidade de Barranco de São Benedito vinda de Alcântara (MA)	1964 – exploração de Petróleo causa expulsão de famílias quilombolas do território de Peafu Fundação do Movimento Almas Negra (primeiro instituição do movimento negro do estado do Amazonas) - Curiaú Primeiro quilombo do Amapá - Vila Velha do Cassiporá	1976 - Mineradora de bauxita perto do rio trombetas impacta territórios quilombolas 1979 - MNU pontua a necessidade do Estado Brasileiro reconhecer as populações negras rurais - Reserva Biológica Rio Trombetas criada pelo IBDF em território sobreposto a comunidade Mãe Domingas Abertura de estradas de acesso no campo amplia pressões sobre os territórios
			1969 – Construção da Zona franca de Manaus impactos em territórios tradicionais	

1980

1980 – IBDF retira famílias quilombolas devido a sobreposição com REBIO

1986 (ago)

- Conferência “O Negro e a Constituinte” em Brasília deu subsídio à formulação do artigo 68
- Conflitos fundiários se acirram quilombo Abacatal

1988

- Promulgação do Artigo 68 da ADCT
- Criação da Fundação Cultural Palmares
- Primeiro encontro de raízes negras em Pacoval (reúne Oriximiná, Óbidos e Alenquer) pela União Cultural de Óbidos

1989

- Criação da ARQMO (Assoc das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Mun de Oriximiná) e ACONQUIPAL (Assoc Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer)
- criação da FLONA Saracataquera em sobreposição nos territórios quilombolas (permitem atividade mineradora)

1990

1990 – criação da associação quilombola de Óbidos Aquimob

1992 – ECO 92

1995

- Primeiro quilombo titulado pelo artigo 68 no Rio Trombetas – PA (Quilombo Boa Vista)
- Primeiro Encontro Nacional Quilombola em Brasília
- 300 anos de Zumbi dos Palmares

1996

- Fundação da CONAQ (12 de maio)
- Reconhecimento de 6 quilombos de Santarém
- Titulação do quilombo Água Fria em Oriximiná

1997

- Criação da ACRQAT (Região do Rio Trombetas - PA)

1998

- Criação da ACORQE (Erepecuru - PA)

Associações quilombolas são criadas em todo o Brasil

CONAQ participa de debates sobre Convenção 169 em Genebra

2000 a 2004*

2000 – Segundo Encontro Nacional Quilombola em Salvador
- Criação Comissão das Comunidades Quilombolas de Santarém

2001

- CONAQ participa de Conferência de Durban (1ª Conf. Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância)
- Decreto 3912
- Criação da Conaq Amapá

2002 (13 de maio)

- Presidente FHC veta o projeto de lei, afirmando que artigo 68 era auto-aplicável
- Governo Brasileiro ratifica Convenção 169 da OIT
- Quilombo Santa Rita de Barreira é titulado (São Miguel do Guamá)

2003

- Criação da SEPPIR
- Decreto 4.886 – Institui a PNPIR
- Decreto 4.887, durante governo Lula
- Governo lança Programa Brasil Quilombola, sob coordenação da Seppir
- Lei 10.639 implementa estudo da cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares
- Criação da Malungu - PA
- Criação da ACQUILERJ
- Terceiro Encontro da Conaq em Recife – PE
- Ratificação da Convenção 169
- Criação SARA
- Associação aCORBA
- Implantação do lixão do Perema impacta comunidades em Santarém

2004 – ADI 3234: DEM entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4887

2005 a 2009*

2005

- Primeira CONAPIR
- Criação da Fereção Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais
- Criação da Federação do MS
- Criação da Federação do RS
- Cartografia da comunidade do Barranco de São Benedito

2006 – Decreto 5758 inclui territórios quilombolas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

- Criação da FOQS
- Criação da AMONAN - AM
- Projeto agroextrativista dentro do quilombo da área de Varzea Santarém
- Criação da Associação Quilombola de Barranco de São Benedito

2007 – PNPCT (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)

2008

- Projetos de etnodesenvolvimento (Conaq e MMA) inserem discussão sobre gestão dos territórios.
- Cartografia Social das comunidades quilombolas em Santarém
- Criação da Assoc.Quilombola De Vila do Carmo do Maruanum

2009

- Criação da ARQ Passagem e da Arq Peafu no município de Monte Alegre
- PA
- Criação da UFOPA
- Projetos de Etnodesenvolvimento contemplando comunidades quilombolas no tema da Gestão territorial

2010-11

2010

- Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial
- Construção de Hidrelétrica do Rio Araguari
- III Conapir

2011

- 1ª Marcha da CONAQ em Brasília
- 4º Encontro Nacional Quilombola no Rio de Janeiro – RJ
- Portaria 419 interministerial (inclui consulta às comunidades quilombolas em casos de impactos empreendimentos)

2012-2013

2012

- Resolução implanta Educação Escolar Quilombola
- Tem início o julgamento da ADI contra o Decreto 4887 com voto do ministro Peluzo.
- Conaq abre sede em Brasília
- Congresso aprova novo Código Florestal e cria o CAR
- RIO +20

2013

- Portaria 429 cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discussão do CAR que resultou criação do grupo para discussão de Plano Nacional de GTA Quilombola
- 3ª CONAPIR
- Hidrelétrica no Rio Araguari impactando comunidades Comunidade do Paga
- Primeiro fórum de agricultura de assentamentos, quilombolas Rio +20 (checar)
- Quilombo Bom Jardim (Santarém – PA) é o primeiro quilombo a concluir o CAR

*Década de 2000:

- movimento conquista participação em conferências nacionais de ater, segurança alimentar, igualdade racial, desenvolvimento rural sustentável, educação, saúde, juventude, meio ambiente;
- criação da maior parte das coordenações estaduais quilombolas
- comunidades começam a participar de políticas públicas de acesso crédito.

2014-2015

2014

- Início do planejamento das primeiras oficinas para discutir Gestão Territorial e Ambiental em Território Quilombolas
- Publicação do Plano Brasil Quilombola, aprofundamento do debate sobre implementação de políticas públicas, criação do eixo socioambiental.
- Criação da Mesa Nacional Quilombola no INCRA para discutir Regularização Fundiária
- Criação de GT quilombola sobre educação em MG
- Quilombo Urbano Barranco de São Benedito é certificado pela Palmares
- Acordo Judicial entre Associação Quilombola do Pérola do Maicá e Prefeitura de Santarém para titulação do território quilombola
- Fundação Palmares certifica comunidade quilombola de Barranco dos

2015

- Marcha das mulheres negras
- Surge a Negra Anastácia, na plenária nacional, para ser a instituição com personalidade jurídica de representação quilombola
- Início do primeiro ciclo de oficinas sobre GTAQ em comunidades quilombolas
- Sentença judicial para titulação das TQ Alto Trombetas 1 e Alto Trombetas 2.
- UFOPA realiza o 1º Processo Seletivo Especial Quilombola
- Estado do Amazonas declara Quilombo Barranco de São Benedito como patrimônio cultural e imaterial do Estado (Lei 4201, 23 de julho)

2016

Impeachment da presidente Dilma Rousseff fere ordem democrática brasileira e gera retrocessos nas políticas públicas

CONAQ cria o GT para CAR quilombola

Segunda Oficina Nacional em Brasília encerra o primeiro ciclo de Oficinas sobre GTAQ

Consolidação da Minuta Preliminar de Diretrizes sobre GTAQ a partir do primeiro ciclo de Oficinas

Ação civil pública do movimento quilombola de Santarém consegue suspender licenciamento do Porto da Embraps no Maicá

2017

- 5º Encontro Nacional Quilombola em Belém - PA

5 territórios quilombolas são contemplados em edital do MMA com colaboração da CONAQ para projetos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola

Negra Anastácia e ISA são contratados pelo MMA para conduzir o Segundo Ciclo de Oficinas do processo formativo e informativo sobre GTAQ

Construção do Protocolo de consulta de Abacatal

- Um dos anos mais violentos para o movimento quilombola: 22 lideranças assassinadas (dado: CPT)

- Movimentos Sociais alteram áreas portuárias de Santarém em plenária do Plano Diretor

2018

STF julga constitucional o Decreto 4887

Primeira Oficina no quilombo Frechal – MA abre as Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo de Oficinas sobre GTAQ

- FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água)

OQUE É TERRITÓRIO? OQUE É GESTÃO?

Para entender o conceito de **Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ)** deve-se partir do conceito de território. Os participantes se dividiram em grupos por estado, fizeram uma rápida reflexão acerca dessas idéias, e apresentaram aos demais em plenária. Abaixo segue o que surgiu nos grupos.

TERRITÓRIOS	GESTÃO
<p>Território é o espaço de terras que nós ocupamos e temos de cuidar, onde temos nossas riquezas;</p> <p>Território são os nossos quilombos, onde mantemos nossa ancestralidade, onde vivemos e mantemos nossa história. É também manifestação da nossa cultura;</p> <p>É o tronco dos antigos; é onde viveram nosso antepassados e hoje nós cuidamos, plantamos e vamos passar para nosso filhos;</p> <p>É a visão do território não como capital verde, mas de ancestralidade, de cultura e de vivência.</p> <p>É onde nascemos, é nossa terra natal.</p>	<p>É a forma que a gente utiliza, cuida e preserva os recursos naturais;</p> <p>É a forma de cultivo, de pesca, de preservação da nossa cultura, biodiversidade, danças, organização em movimentos e na associação para viver melhor ali dentro do território;</p> <p>Gestão é uma forma de resgatar a história, planejar algo para manter esse território. Gerar emprego e renda. Gestão ambiental é planejar.</p> <p>É prevenir para que os agregados não danifiquem o território. Para manter e produzir.</p> <p>Gestão é aquilo que buscamos no nosso território após a titulação. Com a titulação a gente lá dentro vai estar mais fortalecido e mais unido para planejar e conseguir nossos objetivos</p> <p>Gestão envolve as associações para fortalecer e manter nossas tradições;</p> <p>Cuidar com responsabilidade do ambiente onde vivemos e fazemos o nosso trabalho de forma que nao agrida a natureza. É fazer oque a gente já faz, do nosso jeito, só que com nome bonito;</p> <p>Ter associações e lideranças para cuidar dos territórios. Construir acordos de manejo, como se trabalhar os lagos, a pesca, os bichinhos que têm cascos, na plantação;</p> <p>Cuidar para que o nosso meio ambiente não seja degradado e sem controle, pensando nos pequenos (crianças) que vêm depois;</p> <p>Planejar atividades como a pesca e a caça para que os nosso filhos possam ter peixe e caça.</p>

Vanuza – Quilombo Abacatal (Ananindeua – PA)

Falou sobre o protocolo de consulta. O que levou a adquirir essa ferramenta? Uma rodovia planejada pelo Estado ia cortar nosso território e ia mudar nosso ir e vir. Ano passado (2017), nossa comunidade fez 18 anos de titulação. E sempre a gente fez festa para comemorar o título. Ano passado a gente fez diferente. Soubemos do protocolo de consulta dos índios mundurucus aqui perto. Nesse processo da rodovia, ela ia dar fomento para a subestação de energia que vem de Barcarena (a equatorial é responsável por esse processo), uma ferrovia, um gaseoduto.

Mas temos muitos parceiros e tivemos conhecimento da Convenção 169 para nos defender desse empreendimentos. Conseguimos elaborar nosso protocolo de consulta. Estamos conseguindo frear muita coisa com esse protocolo. A rodovia está “*stand by*” (suspensa), a subestação está parada, mas ainda estão se movimentando. A ferrovia está parada e o gaseoduto também.

Fomos informados que haveria um encontro de revisão do plano diretor. Apresentamos o protocolo. A gente precisa ser ouvido e ensinar o município de Ananindeua a considerar nosso protocolo. O crescimento urbano avança de um jeito desesperador. A idéia de “quilombo urbano” me dá um pouco de medo, parece que a gente perde um pouco nossa identidade.

Aproveitando que estamos aqui com os órgãos públicos e com a Conaq, queria que a Conaq pegasse essa tarefa para si, de dar legitimidade a essa ferramenta que o povo tem para se defender. Nós precisamos ser consultados. Nós temos as nossas especificidades, é assim que a gente precisa ser visto e respeitado. No nosso tempo, do nosso jeito. Não queremos impedir o progresso (apesar desse progresso não ser para nós, sabemos disso) mas queremos um mínimo de respeito, pela ancestralidade dos territórios que é violado, atropelado, desrespeitado. Percorrer os municípios e estados para construir esses protocolos. O Protocolo de Consulta não resolvem a vida, mas podem ajudar os territórios. Vou compartilhar com vocês o documento que fizemos.

Ari – Comunidade Abuí, Território da Associação Quilombola Mãe Domingas (Oriximiná, Alto Trombetas – PA)

Plano de Vida é um projeto que começou em 2017. Para viver no território, a gente tem que saber como planejar a vida e manter em pé nossa natureza e nossa cultura dentro da nossa terra. As madeiras chegam para destruir. A gente se juntou com outras organizações. Almin Suruí (indígena) nos ajudou a pensar a idéia do projeto, a partir de uma experiência que eles fizeram na aldeia dele, de fortalecer as atividades mantendo a floresta em pé.

O Projeto Plano de Vida foi conduzido pela ARQMO que é a mãe de todas as associações quilombolas de Oriximiná. Esse plano de vida vai favorecer a própria gestão do território porque a gente tem muita castanha e copaíba e várias coisas tiradas da natureza que não é dado valor. As atividades do projeto visam a melhoria da vida das pessoas. A proposta é implantar uma usina de beneficiamento de castanha dentro do território (para gerar emprego e renda).

Bena (Malungu) – Nas nossas associações nós sempre formamos os acordos. Acordos de pesca, e para outros animais. Dentro da própria comunidade. Rio Maricá banha várias comunidades quilombolas e indígenas. A gente fez acordos de manejo de pesca. Durante um tempo tinha muito conflito, a gente mesmo ia lá, pegava os materiais de pesca, queimava, levava embora. Depois passamos isso pro Ibama. No extrativismo também tem acordo, também com base nos plano de manejo e planos de utilização.

Dileudo – Quero falar do TAQ (Termo de Ajuste de Conduta) que fizemos junto com as comunidades. Cada comunidade reuniu e convidou também fazendeiros e outros para participarem da reunião. E depois que foi firmado, o TAC foi para o MPF pra ser reconhecido, ter o aval do MPF e tornar público. Quando o TAC é descumprido, as comunidades vem ao MPF dizer que estão descumprindo e pede providências. O manejo do gado, por exemplo: quando tem gado, é preciso que se faça um estudo para ver se aquela área pode ter aquela quantidade de animais.

O início do trabalho do RTID foi importante para parar as pessoas que estavam arrendando e negociando terra dentro do quilombo. Pedimos ao INCRA que fizesse uma placa para colocar em todas as comunidades. Essa placa foi feita dizendo que era uma área quilombola, e informando em que fase do processo estava, e que não podia ser vendida. O INCRA fez as placas e deu uma parada na questão da venda de terra.

José Pereira – Fizemos acordos dentro do nosso projeto de reprodução do piracucu. Com a pesca predatória, os pirarucus começaram a sumir. Estamos criando em cativeiro para o consumo, é um projeto com o Ibama. O Ibama pega matrizes para levar a outras comunidades que tem lá, para replicar o projeto em outros locais. Com isso, meus netos vão poder saborear o pirarucu. Também temos capivara em cativeiro. Com o Ibama também. No arquipélago estamos fazendo manejo do tracajá, em Pacubá. Todos os anos na desova devolvemos aos rios e lagos, é uma proposta de compensação com o Ibama. Mencionou também conflitos ligados a exploração do caulim pela empresa Jari Celulose no Estado do Amapá.

RESULTADOS E IMPORTÂNCIA DESSAS EXPERIÊNCIAS

Bena – A gente vê que a situação das populações não está fácil. Com a crise que tá hoje. Mas mesmo assim, ainda hoje se vê respeito dentro de uma comunidade quilombola. Uma tradição que sempre existiu no passado. Se uma pessoa da comunidade está precisando de alguma coisa, alguém empresta, e depois é

Milene – Importância das comunidades discutirem esses processo de construção de gestão, uma estrutura de legislação. E isto se coloca muito em função das ameaças externas também. Os marcos legais têm sido perdidos, o arcabouço legal começou a cair em efeito dominó, um depois do outro. Quanto mais conseguirmos fortalecer os conhecimentos tradicionais e essas comunidades, mais força a gente tem para fazer enfrentamentos aos modelos impostos no campo, como a monocultura, o gado, etc.

É um momento de refletir politicamente o que a gente quer, o que a gente pensa. Fortalecer essa luta, que é uma luta não só dos quilombolas, mas é uma luta de outros grupos de pessoas também, que acreditam em outros modelos de sociedade. Qualificar a informação nos ajuda frente a esse processo.

Ronaldo – Avalio que terminamos bem o primeiro dia. Nossos irmãos e irmãs fizeram a linha do tempo situando o contexto do que é a construção desse país. Somos quilombolas e é importante a gente falar. Toda vez que falamos, reforçamos.

Quilombo de Palmares é uma referência, mas antes dele e depois dele existiram quilombos. Ao longo do século XVI, com o surgimento dos primeiros quilombos, surge o “quilombo” como “proposta”, como um “modelo”. Quando eles nos matam, eles estão atacando uma possibilidade. Mas não vão extinguir os quilombos, vivemos uma proliferação permanente. É que nem cupim. Você mata uma casa de cupim aqui e reaparecemos ali na frente. Essa é nossa história. Quilombo é uma possibilidade de sociedade. Eles querem eliminar essa possibilidade, não é só a terra que eles querem, porque eles tem terra a dar com pau.

A Política Pública vem reforçar uma situação. Nosso povo sempre cuidou da própria saúde. Mas isso não significa que não lutemos por uma política pública de saúde no nosso território. Educação a também: nosso povo sempre se educou. Não significa que nossos ancestrais não tinham educação. Gestão territorial a mesma coisa: queremos que o Estado participe da gestão.

As Unidades de Conservação ou empreendimento licenciados e incentivados pelo Estado são ações que matam aquilo que a gente sempre fez bem. Por isso, digo que fazemos gestão de nosso territórios **apesar** do Estado. Nos instrumentalizamos, nos fortalecemos, nos reconhecemos. O primeiro grande problema que a gente encontra é o reconhecimento.

O ato simbólico da entrega do papel da Palmares com a certificação do auto-reconhecimento é importante. Mas o reconhecimento não é o papel. É o trato, a relação que se estabelece. Esse é o reconhecimento de fato. Temos um legado para gerações futuras com esse processo que estamos fazendo aqui.

Jacobson – Destaca a importância da linha do tempo. Momento que foi crescendo no processo das oficinas. As lutas do movimento foram se resultando na construção de políticas, quilombos foram se organizando localmente e nacionalmente, vieram as marchas. Tudo isso foi criando os contextos para as políticas. Elas não são os fins (os objetivos em si), mas elas se dão a partir dessa resistência.

A resistência e a organização dos quilombolas se dão muito a partir da gestão do território. A GTAQ fortalece as lutas pela educação e saúde nos territórios. Tem gente que acha que preservação do meio ambiente e regularização fundiária não são coisas que andam juntos. Mas nós achamos que sim, e junto também com a valorização dos quilombolas.

Estamos aqui com a oportunidade de fortalecer a gestão territorial e ambiental quilombola, construir políticas e pressionar para que o governo reconheça isso nos territórios quilombolas. Obrigada pelas contribuições de vocês.

Tiago (Palmares) – apresenta livro editado pela Palmares “O que você conhece sobre a África: uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros”

Camila (MDS) – apresenta o Caderno de anotações produzido pelo MDS em parceria pelo MMA e antigo MDA (hoje SEADE) no segundo encontro nacional da comissão nacional de desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Trazem algumas políticas públicas, protocolos e convenções que incidem sobre os territórios.

Milene - apresenta mapas de localização das comunidades quilombolas no Brasil com dados oficiais.

Jacobson – apresenta os produtos resultantes da primeira fase de oficinas sobre GTAQ: uma cartilha sobre Gestão Territorial e Ambiental (que está disponível na pasta e no pen-drive), folderes para mobilização das comunidades e um vídeo (que também segue no pendrive) divulgando o trabalho das oficinas e importância dos territórios quilombolas na conservação ambiental do Brasil.



Capa da cartilha produzida pelo GT

SEGUNDO DIA

19 DE ABRIL

No segundo dia, o grupo visitou o quilombo Bom Jardim, distante cerca de 45 minutos de ônibus do centro de Santarém. O objetivo da visita era conhecer a realidade do território, suas experiências de gestão, seus desafios e ameaças. Antes da visita, seu Dileudo, nascido e criado no quilombo, contou um pouco a história de sua comunidade para situar os participantes da oficina.

Dileudo – Sou do Bom Jardim, vou falar um pouco dessa comunidade que hoje nós estamos indo. É uma comunidade quilombola onde existiu um senhor de escravo, se não me engano era Francisco. Ele tinha uma esposa que tinha na base de uns 12 escravos. E ela falou pra ele que quando ela morresse, que ele doasse aquelas terras pros escravos. Ele atendeu o pedido dela e fez um testamento dando pros seus escravos doando a terra do Bom Jardim para seus escravos. Na época que tinha os escravos, tinha uma área que tinha muito jardim. Por esse motivo foi dado o nome de Bom Jardim. Na escritura dizia que a terra era dos escravos e era uma terra que não podia ser vendida. E esse pessoal que trabalhava no Bom Jardim era no plantio de cacau. Eles só tinham direito de comer o talo do cacau. E ele trabalhava também com carvão. Tinha carvão ali embaixo da terra. O Bom Jardim, antes de chegarem os escravos, quem habitava ali eram os índios. Com a chegada dos portugueses eles mataram muitos índios, quem pôde fugir, fugiu e eles tomaram conta da terra. Tinha um tio meu que chamava Francisco Bola 7 que guardava as escrituras numa lata de leite ninho. Paulo Correia, que fazia parte de uma grande família rica de Santarém, queriam tomar as terras de várzea do Bom Jardim. E eles escondiam o documento para não entregar a eles. O empresario Zé Messias chegou lá com objetos, com redes e rádio, se fazendo passar por boa pessoa. E as comunidades são muito acolhedoras. Aí perguntaram pra ele o que ele fazia lá. Ele respondeu que tava comprando umas terras que ele era herdeiro de lá também. E ele defendeu o documento dele. Quando fomos para Belém participar do encontro de comunidades negras do Pará, quando voltamos a gente não sabia o que fazer. Em 2000 começamos a nos organizar. Em 2002 criamos a associação da nossa comunidade. Assim como muitas também começaram a fundaram. Tivemos a contribuição de Silvano e Daniel (lideranças da ARQMO de Oriximiná) e vinham se reunir conosco pra dizer como nós podíamos nos organizar pra buscar nossos direitos. Fundamos nossa associação.

Bom Jardim hoje tem umas 80 famílias. Do Bom jardim saíram famílias pra Saracura, Murumurutuba. Mas antes era só uma comunidade.

Eu fui presidente 2 anos, depois mais 2 anos. Antes disso, tinha uma grande liderança chamada Haroldo, antes de ter uma associação. Lucimar, Lucas Firmino dos Santos. Apareceram alguns movimentos dentro da comunidade: de jovens, a escola, clube de futebol, grupo de mulheres. Hoje nós temos esses grupos pra

gestão da comunidade. Hj tem o presidente da comunidade, João Paulo, que não tá aqui agora, ele está nos esperando lá.

Todo primeiro sábado de cada mês nós temos a reunião da associação. Quando a gente se reconheceu quilombola, aqueles que não eram quilombolas começaram a criar conflitos conosco, dizendo que não éramos quilombolas, fizeram alguns documentos, dizendo que o povo não queria a titulação coletiva. Algumas pessoas foram ameaçadas de morte tb.

E hoje estamos na luta. Temos um acordo de pesca que foi publicado como portaria. Temos também o TAC que diz como devemos cuidar das coisas da comunidade: oque devemos criar, como devemos, e zelar pelo igapó. Lá é terra do açai.

Tá com uns 3 anos, desde 2016, começou plantio de soja lá na comunidade. E com isso houve um grande desmatamento. É uma área muito grande que está na mão de um fazendeiro Renato Marinho. Ele aluga pra um gaúcho que mora na comunidade Santos da Boa Fé. Quem planta soja nao é o dono da terra. O finado Zé Messias, quando ele soube da titulação, ele passou a vender suas terras para Pematec, e começaram a trabalhar com plantio de Curauá (fibra de uma planta). Ela durou uns 8 anos, faliu, hipotecou pro banco as áreas de suas terras, que hoje se diz dono de grandes áreas dentro da nossa comunidade.

Bom Jardim está a uns 26 quilometros de Santarém, pela Curuaúna, ela tem entrada pro lado esquerdo do Jacamim. De lá até o Bom Jardim são 6 km de estrada de chão.

O protocolo de consulta criamos quando as empresas chegaram aqui em Santarém, Cargil e Embraps ameaçando as comunidades com o porto. Alguns igarapés que vão para as comunidades, aqui tem o Rio Maicá que banha várias comunidades: Mururu, Murumurutinga, Ituqui, Sao José do Ituqui, que vem fazer limite nesse Rio Maicá. Sao áreas de várzea e de terra firme tb. Esse porto da Embraps, quando nós soubemos, já estava muita coisa encaminhada. A SEMA fez um relatório e nesse relatório não dizia que nossas comunidades estavam no Maicá. Só dizia do Arapemã. Ora, o Arapemã tava lá no Amazonas. E sabíamos que iríamos ser impactados. Sabíamos que tinha a Conveção 169 e que tínhamos de ser consultados. Ela só dizia, mas não estava implementada. Aí fizemos logo um documento e mandamos pro MPF e MPE dizendo que nós existíamos no Maicá e que queríamos ser consultados. Deram uma parada nesse projeto que tava avançado muito rápido. Conversamos com o Terra de Direitos que nos dava assessoria jurídica. Nós tínhamos de dizer como nós deveríamos ser consultados. Nos reunimos e resolvemos fazer reunião em cada comunidade. Murumurutuba fizemos a primeira. Chamamos os órgãos (MPE, MPF e terra de Direitos) e fomos lá. Foi entre 2015 e 2016. Fizemos reuniões em todas as comunidades. Ouvindo. Dizendo oque que era o empreendimento, oque isso vinha trazer de ruim. De bom não traz nada mesmo. Depois vizemos uma grande assembléia em Boa Vista do Ituqui e fazer a aprovação delas.

Hoje temos nosso protocolo de consulta. Tivemos uma reunião com vários órgãos e fizemos o lançamento do nosso protocolo de consulta. Repassamos para vários órgãos. Até hoje esse protocolo está sendo muito importante. A Embraps já tentou de novo avançar. Já tivemos uma reunião com o Luiz sobre esse grande empreendimento e o nosso protocolo diz que esse povo tem que ser consultado. A empresa não quer fazer esse diálogo. Quando o governo e o município não nos convida para participar disso ou daquilo, a gente cobra. Qualquer coisa que pensem em fazer em nossas comunidades, o nosso protocolo diz que antes de qualquer coisa, precisa procurar a federação. A federação consulta as lideranças das comunidades. É a federação que diz quando vai ser as reuniões de consulta na comunidade, quem vai participar, e define o tempo que temos para dar uma resposta. Eles tem que arcar com a reunião. Quem garante a despesa da reunião são os órgãos. Pra isso contamos com muitos parceiros.

Pedro (Terra de Direitos) – A gente entra com assessoria. Uma questão importante é se o direito de consulta tem poder de veto. Vamos no sentido de argumentar que quilombolas são sujeitos de direitos e resolvemos questões técnicas. O protocolo foi juntado a um processo judicial. Foi pro Tribunal Regional da Primeira Região. Teve uma decisão favorável do desembargador. Eles estão com direito garantido a consulta. Estão aguardando a sentença da justiça federal de Santarém.

Os protocolos foram construídos no contexto dos portos mas podem ser usados em outras situações.

Esse portos deveriam estar sendo licenciados pelo Ibama, por ser área de influência do Rio Amazonas. Mas a SEMA criou um critério de quantidade de toneladas transportadas nesse terminal de uso privado. E pelo tamanho, seria a Secretaria de Meio Ambiente estadual. Pediu-se que esse processo fosse arquivado e fosse aberto em esfera federal, por se tratar de Rio Federal.

Tiago – A comunidade tem que ter tempo pra refletir. Ultrapassa as questões de licenciamento e também as questões legislativas. A lei geral de licenciamento ambiental que está sendo proposta por exemplo, os interesse em jogo não são das populações tradicionais. Além da intenção de implementar a Convenção 69 da OIT de cima pra baixo.

Pedro – Lembrou do Protocolo dos Mundurucu. A federação conseguiu segurar o porto. A contra reação do estado foi criar um decreto uma instância institucional para definir consultar as comunidades, jogando fora os protocolos da comunidade.

Vanuza – Sugere fazer um documento para repudiar o Decreto 1969 / 24 de janeiro de 2018. É um absurdo. Eles querem decidir como nós vamos ser consultados. Está sob judice, o MPF entrou com ação e os movimento precisam fazer nota repudiando. Peço pra a conaq se manifestar, a malungu. Esse decreto é uma perda de direitos, vai contra todos os protocolos, querem tratar todos da mesma forma, respeitar o tempo e a maneira das pessoas.

Milene – Quantos protocolos de consulta tem no Pará?

Dileudo - Tem um dos Mundurucu, em Santarém, da FOQS, Jambuaçu, Abacatal mais uns 5 para serem lançados em maio. Tem o da colônia de pesca Zzo também. E do Sindicato dos Trabalhadores.

Milene – Verificamos que há cerca de 400 pedidos de licenciamento de empreendimentos na Palmares. Quando esse pedidos chegam, qual o procedimento da Palmares?

Pedro – Foi quando saiu o estudo do porto e verificamos que as comomunidades não apareciam que as comunidades saíram correndo atrás de construir o protocolo. Os precedentes da consulta vem do judiciário, das ações judiciais. No caso da Belo Sun (mineradora na região de Belo Monte), a justiça decidiu que se deve respeitar os protocolos dos povos afetados.

O ideal é que as consultas sejam feita antes dos estudos. A partir do momento que as equipes vão para campo fazer inventários florísticos e de fauna, ou furar o solo, já tem uma interferência nos territórios. Quando se tenta institucionalizar um protocolo, às vezes são as organizações da sociedade que são chamadas para ajudar. Tem uma estratégia de enfrentamento das comunidades, então não faz sentido que seja o próprio governo a ajudar na elaboração dos protocolos.

Tiago – Meu entendimento é que a decisão das comunidades é vinculante, então poderia sim barrar processos. É o meu entendimento, não se é do Ibama. Na palmares tem um procedimento inspirado no dispositivo da 169 OIT. Estudo do componente quilombola analisa os impactos. A cada licença a gente tem que reunir e consultar as comunidades antes da FCP fazer o seu parecer. O momento adequado não é no licenciamento, deveria ser no momento de planejamento. Tem que tentar cavar um espaço que garanta a representação das comunidades no planejamento do setor, e fazer parte das decisões no momento do planejamento.

VISITA AO QUILOMBO BOM JARDIM

Após a apresentação de Seu Dileudo sobre a história do quilombo e o debate da plenária, o grupo se reuniu para a visita. No caminho, foi possível avistar um campo de soja de fazendeiro que ainda está nas terras do quilombo. O primeiro local visitado no quilombo foi a Escola. Depois, o grupo percorreu um caminho até a beira do igapó.



Escola Quilombola no Bom Jardim suscita debate sobre educação diferenciada e necessidade de formar e contratar professores quilombolas.



Buritis possuem múltiplos usos, mas a comunidade ainda requer manejo adequado.



Zelar pelo igapó é um dos objetivos da gestão territorial do Quilombo Bom Jardim



Seu Dileudo recebe grupo da oficina em sua comunidade e explica as ameaças, desafios e estratégias de gestão.



Monocultura de soja de fazendeiro dentro do território de Bom Jardim.

O grupo retornou à sede da FOQS. Após o almoço foram apresentada mais algumas experiências de gestão trazidas pelos participantes quilombolas.

Jamily – Quilombo Barranco de São Benedito (Manaus – AM)

Nós somos do quilombo urbano do Barranco de São Benedito fica no centro de Manaus, no coração de Manaus. A nossa matriarca, ex escrava, Maria Severa do Nascimento Fonseca chegou do Maranhão com 3 filhos e um amigo em 1890. Não sei se vocês sabem, mas o Estado do Amazonas foi o segundo a abolir a escravidão. O negro nunca teve visibilidade no estado. Foi somente quando começaram a fazer pesquisas e foram abertos curso de história da Universidade Federal do Amazonas é que começaram a se reconhecer a existência das comunidades negras no Amazonas.

Os 3 filhos da vó Severa tinham um ofício em Alcântara (no Maranhão). O nosso bisavô Raimundo era mestre de obras e seus iramos Manoel e Antão eram carpinteiros navais. Assim que chegaram no Amazonas, contaram com a ajuda do governador Eduardo Ribeiro. Eles foram morar na praça XIV, que não época eram lotes de fazendas de pessoas influentes e que tinham relações com o Ribeiro. Ele comprou esses lotes e deu pra essas famílias. O título do vô Raimundo é de 1896, quando Ribeiro já era governador. A forma que eles tiveram para retribuir o Ribeiro foi trabalhar em obras de Manaus. O teatro Amazonas e a ponte de ferro da 7 de setembro, por exemplos, são monumentos históricos nos quais eles trabalharam.

A praça XIV foi crescendo, foram chegando mais pessoas do Maranhão. Ficou sendo conhecida como vila dos maranhenses. E lá eles mantiveram algumas de suas

tradições culturais, como tambor de crioula, o bumba-meu-boi. O boi caprichoso nasceu ali. E a festa religiosas de São Benedito veio do Maranhão e continuou. já tem 128 anos no local. Foi através dela que conseguimos a certificação da Palmares. A Festa de São Benedito é uma das festas mais antigas de Manaus. É uma festa muito bonita. Levantamos o mastro com frutas. Tudo que a gente faz é em prol de são benedito, nosso santo protetor. Antes da nossa certificação quando o Cassius resolveram criar o AMONAM (Assoc do Orgulho Negro do Amazonas), foi a primeira associação da nossa comunidade, gente queria manter nossas tradições. a gente não pensava em quilombo. com o passar do tempo, em 2013 tivemos contato com MPF e daí começamos a ter idéia do que era quilombo. Fomos certificados em 2014, A palmares enviou um técnico, historiador, passou 3 dias. Em setembro nos fomos certificados. A partir dessa certificação tivemos mais visibilidade no estado. O MPF cutucou (oficiou) as secretaria municipal, estadual de cultura e o iphan. Em 2015, a nossa comunidade foi declarada/tombada como patrimônio cultural imaterial do Estado. Isso fez a gente pensar muita coisa sobre a que estávamos fazendo com a nossa cultura. A nossa família começou a pensar na responsabilidade que a gente tinha. com esse patrimônio.

As crioulas de São Benedito: é uma associação criada após a certificação fazemos um trabalho de artesanato, bonecas em abayomis, surgiram outras bonecas utilizando garrafas pet (orixás), bonecas de vidro e biscuit, manuais, com mulheres fazendo trabalhos (carregando lata água na cabeça, ou um tabuleiro, amamentando) carregando bacia de roupa na cabeça. a partir daí também surgiu outra veia dentro da comunidade que é o samba. Principalmente samba de raiz. A gente tem nosso carnaval. A primeira escola de samba de manaus surgiu na nossa comunidade. Em 1947 surgiu a Escola de Samba Mista do Bairro da Praça XIV e em 1975 surgiu o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Vitória Regia.

A nossa comunidade tem muita tradição.

Todo sábado tem feijoada e samba na comunidade. a gente busca fortalecer e manter os nosso laços ancestrais

Esse ano uma escola de samba nde Manaus nos homenageou. E finalmente, o boi Caprichoso de Parintins, que por muito tempo não assumiu que seu nascimento ocorreu em manaus na nossa comunidade, esse ano (2018) nos convidou a participar da gravação da toada Boi de Negro e participar do festival de Parintins.

Cassius - Quilombo Barranco de São Benedito (Manaus – AM)

Jamily falou muito bem da nossa história. São 128 anos. Partimos para a questão políticas também. O Movimento Alma Negra foi criado para lutar contra o racismo institucional que a gente sofre. Nos tornamos articuladores políticos dentro do estado, e mesmo enfrentando dificuldades para nos locomover buscamos ver as demandas que as outras comunidades têm para poder dialogar aqui com vocês. Barrereirinha, Santa Reza de Matupiri, Trindade, Tambor de Nova Iorque são algumas das comunidades do Estado. Essa está com problema sério, está há mais de 10 anos pra ser titulada. Tem também alguns problemas com ICMBio.

Na nossa comunidade a gente está discutindo a questão de manter nosso quilombo, de manter o bem cultural imaterial. Estamos buscando recurso através de projetos. Temos uma parceria com a cartografia social, do professor Alfredo Wagner da UFAM, Demi Ramos e Patrícia Sampaio, uma grande amiga da comunidade.

Nossa comunidade está no centro-sul de Manaus, um bairro que tem quase 17 mil habitantes morando.

A gente foi certificado. O reconhecimento do quilombo gerou um pouco de preconceito “poxa, só os quilombolas que tem direito...”. Mas com o tempo passa e as pessoas vão entendendo. É um bairro conhecido pelo mercado de venda de auto-peças, sofreu muito com a especulação imobiliária.

A partir da apresentação das experiências, os participantes destacaram pontos positivos e desafios que essas experiências trazem para a Gestão Territorial e Ambiental nos territórios quilombolas.

Pontos Positivos destacados pelos grupos:

- As leis que já existem a favor da manutenção dos nosso territórios;
- A gestão que já vem sendo feita de certa forma nos territórios.
- Os protocolos de consulta que já foram construídos em algumas comunidades.
- Os acordos que tem na comunidade de seu Dileudo.
- A visita facilita os órgãos e representantes que estão aqui a entender as dificuldades que eles enfrentam e que não são tão diferentes das outras de outros lugares;
- Encontro entre estados, troca de experiências e conhecimentos com pessoas de outros lugares.
- A proteção que as comunidades fazem dessas áreas de quilombo que são os territórios.
- GTAQ bem organizado como planejamento de uso da terra é uma ferramenta pra trabalhar dentro das organizações;
- Plano de uso ajuda a planejar onde vai fazer a roça, onde dá pra trabalhar, onde não.
- Organização coletiva em luta do bem estar das comunidades;
- Certificação da Palmares;
- Luta pela manutenção das tradições;
- Entrada de alunos quilombolas na ufopa (especifico pra quilombo)
- Aprender sobre a experiência de quilombos urbanos;
- Mesa do governo para discutir questões quilombolas
- Reconhecimento de 5 quilombos (resultado da luta dos mais velhos que já passaram).

Desafios

- Demora no processo de titulação;

- Professores quilombolas afastados;
- Acesso precário às comunidades – estradas.
- Saúde: não tem posto de saúde, precisa de atendimento precisa correr pra cidade. Tem um agente de saúde que só faz um trabalho de acompanhamento.
- Escolinha só funciona o infantil e o fundamental, não é da maneira que deveria ser.
- Tamanho da área/território é insuficiente. Cresceu o número de famílias (“Eram 35 famílias, e hoje são 78 famílias em 330 ha de terra. Não é suficiente para as famílias trabalharem.” Francisco)
- Resistência dentro dos territórios para certas políticas;
- Precisamos trabalhar com planejamento para não termos prejuízo mais tarde;
- Desafios dentro e fora do território. Alguns departamentos dizem que os quilombolas “se acham muito”. E somos mesmo.
- **Fomento para trabalhar aquilo que a gente já desenvolve, questionando os apoios;**
- Persistências: a gente tenta furar os bloqueios que tem contra a gente, a gente tenta avançar e eles fazem de tudo pra que a gente pare;
- Formação de lideranças jovens. Estamos ficando velhos e estamos cansando, Pouca participação dos jovens. Fazemos reuniões na comunidade e não aparecem. Lideranças voluntárias também.
- Muitos quilombos não têm escola adequada;
- Tem alunos e não têm espaço adequado (400 e poucos alunos em Pacoval e não tem estrutura);
- Não tem unidade básica de saúde;
- Não tem água encanada;
- Não consegue entrar na faculdade;
- Falta de recursos para titulação;
- Ausência dos órgãos públicos pra lidar com os problemas como pesca predatória, fazendeiros. “Não somos atendidos no tempo hábil, as pessoas vão fazendo as coisas erradas e nós esperando os órgãos tomarem providências”; não tem combustível.
- Acesso restrito às políticas públicas, nem rurais nem urbanos;
- O município não contrata professores e gestores capacitados pra dar aula em escolas quilombolas;
- Parcerias com poder público é uma dificuldade que a gente tem;

Milene - Chamou a atenção o que a Jamily falou sobre visibilidade que o quilombo passou a ter dentro do Estado após a certificação. Esse processo é uma oportunidade de dar visibilidade às questões e políticas públicas que permitam acessar seu pleno direito de ter território, vida digna, garantia para as futuras gerações. Que a gente quer enquanto uma política?

O CAR é uma obrigatoriedade mas não tem uma norma específica estabelecida em

territórios tradicionais. Há 2 anos está em construção o módulo do CAR PCT. O prazo expira agora em maio, e ainda não atende às populações tradicionais. Da forma como está, os parâmetros utilizados não tem diferenciação com relação aos imóveis rurais convencionais. Não houve consulta e diálogo. Como que se trata o território tradicional? Da forma como está sendo feito, sem regras pros territórios tradicionais, o CAR vem se consolidando como uma ferramenta de grilagem, assim como o plano diretor em áreas de expansão urbana. Então a gestão territorial se coloca como uma ferramenta para o território, para que as comunidades possam cobrar de forma mais firme e dura que as coisas aconteçam nos seus territórios. O Estado tem um compromisso com a pauta socioambiental nos territórios.

Quilombos urbanos é uma agenda nova, como se trata no âmbito da gestão territorial, eles vão entrar ou não? Qual o olhar diferenciado para esses territórios? Aqui temos a oportunidade de considerar toda essa diversidade e olhar atento para abarcar essas especificidades, abarcar todas essas situações. As Ucs, os planos diretores deve vir respeitando aquilo que está colocado na gestão local, o patrimônio cultural e os espaços territoriais. Estabelecer rumos e diretrizes para que essa conversa e essa luta nos dê elementos concretos pra fazer esse enfrentamento junto ao Estado e à Sociedade.

Temos coisas que já acontecem, muito boas. A gente vem se inspirando na experiência dos indígenas.

Anna Cecilia - Apresenta esquema de uma política pública. "Partimos do território. Identificam-se problemas e necessidades. As demandas criam necessidade de ações para enfrentar/solucionar os problemas. Construção das políticas surgem como resposta a essas demandas. Elas devem ser feitas por e com os grupos interessados. Política Pública não é solta, ela deve ser orientada por outros marcos legais que já existem. Uma coisa tem que dialogar com a outra. Se não for, pode ser usada para derrubar a política que está sendo criada. O Estado tem o dever de implementar a política, mas sabemos que se deixar pra ele, não acontece".



Painel no centro superior resume os elementos de uma Política Pública.

A PNGATI: POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

Mario Nicacio - membro titular do Comitê Gestor - PNGATI - Coiab

Vou convidar todos pra ficar de pé. Nunca vai existir gestão se a gente não tiver nossa identidade. Vou falar da PNGATI. Sou Mario Nicacio, sou wapishana de Roraima, divisa com Guiana Inglesa. Nosso território tem 23 mil hectares. Temos um centro de formação de lideranças indígenas. Sou mestrando na UNB. Tivemos que lutar com o Estado e falar para eles que a gente não queria mais do jeito como estava. Nosso arco e flecha hj é o papel e caneta.

Os painéis com a linha do tempo de construção da política, as diretrizes, os objetivos, justificativas, os eixos temáticos e governança apresentados por Mario Nicácio foram reunidos a seguir:

PNGATI

Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012

OBJETIVO GERAL:

Promover e assegurar a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas

Assegurar condições de reprodução física e cultural dos povos indígenas e a integridade de seu patrimônio



Processo de Construção da PNGATI

Anos 80

- Lutas p/ garantir Direito Originário e Demarcação de TI
- Criação de Associações Indígenas e fortalecimento do Movimento Indígena
- CF/88: arts. 231 e 232

2004
Ratificação da
Convenção 169
da OIT

Anos 90

- RIO-92: Reconhecimento da contribuição indígena p/ conservação ambiental e desenvolvimento sustentável
- Avanços nas demarcações, sobretudo na Amazônia – PPTAL
 - Desafio de gerir territórios e recursos naturais de maneira sustentável (PDPI e Carteira Indígena)



Processo de Construção da PNGATI

2006

Criação da Comissão Nacional de Política Indigenista/CNPI

2012

Decreto nº 7.747, que instituiu a PNGATI

2008 a 2010

- GTI: Elaboração minuta PNGATI
- 5 Consultas regionais PNGATI: 1.300 indígenas de 180 povos
- Projeto GEF Indígena ("Projeto GATI"): 32 TIs referência

2013

Instalação do Comitê Gestor da PNGATI



ARTIGO 231

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

ARTIGO 232

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

§ 2º *As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.*



Por que uma PNGATI?

- Histórico de lutas do Movimento Indígena;
- Ameaças e pressão no entorno - aumentam a vulnerabilidade das TIs
- Populações indígenas aumentando – áreas demarcadas em polígonos – limitação de recursos
- Aumento das necessidades de bens e serviços externos – novas formas de uso e ocupação do espaço – aumento na pressão interna sobre os recursos

Desafio: Sustentabilidade do Território e dos Recursos para gerações atuais e futuras



Gestão Territorial e Ambiental

A PNGATI

DIRETRIZES:

- Participação das comunidades nos processos de gestão de seus territórios, nos termos da Convenção 169 da OIT;
- Consideração dos aspectos referentes às questões de gênero, geração, histórico de contato e comunidades localizadas em áreas urbanas;
- Recuperação ambiental e manutenção dos ecossistemas nos biomas das TIs
- **Promoção de parcerias com os governos estaduais, distrital e municipais para compatibilizar políticas públicas regionais e locais e a PNGATI.**



A PNGATI

EIXOS TEMÁTICOS DE SUSTENTAÇÃO DA PNGATI

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Eixo I: Proteção territorial e dos recursos naturais
- **Eixo II: Governança e participação indígena** (mudanças do clima)
- Eixo III: Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas
- Eixo IV: Prevenção e recuperação de danos ambientais
- Eixo V: Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas
- Eixo VI: Propriedade intelectual e patrimônio genético
- Eixo VII: Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental



A PNGATI

SISTEMA DE GOVERNANÇA:

Composto por órgãos colegiados - interação multidisciplinar e intersetorial de governo e participação paritária de representantes indígenas

3 Instâncias de Governança:

- ✓ Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI
- ✓ **Comitê Gestor da PNGATI (específico)**
- ✓ Comitês Regionais da Funai;



A PNGATI

COMITÊ GESTOR DA PNGATI:

- Coordenação – rotativa (APIB, Funai, MMA)
- Secretaria Executiva – Funai (CGGAM)
- Plenário: 16 titulares e 16 suplentes
 - 8 titulares indígenas - APIB, COIAB, APOINME, ARPINSUDESTE, ARPINSUL e ATY GUASU
 - 8 titulares governo - FUNAI, MJ, MMA, MDA, MDS e MS
- Câmaras Técnicas:
 - Monitoramento e Avaliação do PII PNGATI
 - Mudanças Climáticas



Aplicação da Pngati: Plano Integrado de Implementação da PNGATI

Estabelece ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas, para efetivar a Política, abrangendo o



Os participante agradeceram a apresentação de Nicácio e tiraram algumas dúvidas.

SITUANDO A GTAQ NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO QUILOMBOLA

Ronaldo – Nosso desafio é que estamos aqui construindo uma política. Não é a primeira vez que nos quilombolas fazemos isso ou participamos de construção de uma política. Cada vez que a gente se depara com essa lugar é um desafio novo. Temos dito nas várias oficinas onde a gente passa, que o artigo 68 é um dispositivo constitucional mais velho que a Conaq. Depois do artigo 68 todas as políticas públicas nascidas no âmbito federal tem o dedo da Conaq. Pra nós mais uma vez sermos convocados pra discutir uma política faz parte da nossa vida como militantes. Mas me parece que quando a gente discute gestão territorial e ambiental a gente tá pegando todas as complexidades e colocando aí. Uma coisa é discutir educação ou patrimônio imaterial. Outra coisa é falar em gestão, porque todas as esferas da vida tem que entrar aí. Então nossa responsabilidade é muito grande, e por isso nosso trabalho precisa ser muito bem feito.

Comparando com a experiência que o colega indígena trouxe, a nossa situação é menos privilegiada. Não porque a gente não faça gestão (desde pelo menos 1534 nós fazemos GTA no Brasil) mas isso não rebata na política pública, na legislação. O nosso modo de vida não rebata como política pública. Se formos pegar a história quilombola, na historiografia quando diziam que tinha um quilombo, mandavam ir lá pra acabar com ele. Depois não se falou mais em quilombo no Brasil. O Brasil republicano passou a ter outra preocupação, que era embranquecer a população. A República que nascia era uma República negra e assim não poderia alcançar os patamares mais altos de desenvolvimento. Acreditava-se mesmo que 110 anos depois o Brasil se tornaria uma sociedade embranquecida. Mas os 100 anos que passaram não deram conta do embranquecimento do país. A constituição do país, de 1988 quebra o silêncio, e os quilombos voltam a ser falados no Brasil. Aquele que não tinha alma, aquele que é vendido como peça, começa a aparecer como sujeito de direitos.

O decreto lei 8072 de 20/06/1910 criou o SPI. Ou seja, o Estado brasileiro já estava se ocupando de uma agenda política de proteção dos povos indígenas que incluía a questão territorial desde 1910. Embora tenham sido apenas 5 encontros para validar a minuta da PNGATI, como o parente apresentou, o acúmulo vem desde 1910. São quase 110 anos de relação com o Estado, pensando e criando formas de proteção desse povo. Não estou dizendo que a situação dos parentes indígenas seja confortável. O parente falou que o jeito como aprovaram a política não foi como eles queriam. Imagino que foi uma guerra parir a PNGATI do jeito que foi parida. O que estou dizendo é que tem um legado, um histórico de mais de 100 anos de relação dos povos indígenas com o estado brasileiro, de construção de uma política pública.

Nós quilombolas nos tornamos sujeitos de direitos em 88. Isso aumentou o nosso desafio porque não tem acúmulo, o Estado brasileiro não nos conhece. Eles nem sabem do que a gente está falando. E aí a gente que tem que parir uma política pública que dê conta da complexidade de uma política de gestão territorial e ambiental para as comunidades.

Aqueles 5 encontros tiveram importância para os colegas indígenas. Tivemos para o debate de GTAQ 8 encontros na primeira fase. Agora são mais 10 na segunda. Não junta mais de 500 pessoas, e isso precisa chegar na base, as pessoas precisam conhecer e ter acesso a essa informação. Os quilombolas estão no Brasil inteiro.

A pergunta que fica: quantas rodadas mais vão ser necessárias fazer? Tem debates que ainda não temos acúmulo, por exemplo sobre patrimônio genético, mudanças climáticas, repartição de benefícios.

É uma fala que nos chama para a quinta marcha, dar uma acelerada no debate, tensionar o governo, seja lá qual for esse governo, independente de qual for. Precisamos seguir nessa construção. Tão importante quanto a bandeira de regularização fundiária é a construção da gestão territorial e ambiental quilombola. Temos que ter instrumentos, financiamento para dar qualidade à vida no território.

Jacobsson - A proposta de construir a política de gestão, que algumas pessoas dizem que é governo, eu não concordo. A própria criação da seppir é um resultado da articulação das comunidades quilombolas. Em 2012 vem a revisão do código florestal, vem o CAR e a GTAQ. Existe uma pressão para que os quilombolas abandonem a perspectiva de territórios coletivos e adotem territórios privados em unidades familiares. Existe uma pressão para desconstruir uma lógica que os quilombolas vem resistindo da propriedade coletiva. É preciso se preocupar com isso também.

PROPOSTAS DOS GRUPOS DE TRABALHO – OFICINA SANTARÉM

No terceiro dia, os grupos se reuniram para discutir proposições que deverão ser consideradas na construção de uma minuta de diretrizes da política de gestão territorial e ambiental quilombola. O resultado dos grupos foi sistematizado e é apresentado abaixo:

Grupo 1: INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1. Garantir a gestão do território a partir da organização e conscientização: fortalecimento e integração das associações das comunidades.
2. Reuniões mensais da mesa quilombola com o Incra, com presença do MPE, MPF, SEMA, IBAMA, ONG parceiras (*Na próxima mesa convidar demais setores do Incra, além do superintendente*).
3. Compensação ambiental dos empreendimentos que impactam o território.
4. Criar Acordos nas comunidades para discutir a realização de queimadas em roça e usos que comprometem os recursos naturais.
5. A comunidade ter um **grupo de fiscalização interna** para combater usos que comprometem os recursos naturais.
6. Sensibilização interna, por meio de seminários, para debater conceitos e temas relacionados a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola.
7. Planos e acordos de uso e gestão do território elaborados pelas comunidades.
8. Construção de **Acordos** com órgãos ambientais para uso dos recursos naturais.
9. Construção de **Acordos** com ICMBIO, INCRA, FCP, MPF e MPE, para superação de conflitos de sobreposição de Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação.
10. Garantir o cumprimento pela comunidade do **Estatuto e outros instrumentos que expressem as regras de uso e gestão do território** definidos pela Associação.
11. Garantir recursos adequados, humanos e financeiros, para o INCRA realizar os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) e de todas as etapas do processo de titulação.
12. Garantir a ação conjunta e integrada entre INCRA, FCP e Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para agilizar o processo de titulação de territórios de comunidades que vivem em áreas da União.
13. Garantir a representação da SPU e Fundação Cultural Palmares em todos os estados da região Norte.
14. Estabelecer parcerias com universidades para contribuir na mediação de conflitos, ampliando a Experiencia em Santarém com Universidade Federal do

- Oeste Paraense (UFOPA) e Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS): “Círculos Restaurativos para mediação de conflitos”.
15. Ampliar a fiscalização para as terras quilombolas para combater infratores internos e externos.
 16. Formar e qualificar as comunidades para monitoramento da execução das políticas públicas.
 17. Garantir participação e representação das comunidades quilombolas nos espaços de participação: municipal, estadual e federal, incluindo os conselhos gestores das unidades de conservação.
 18. Regras de uso para manejo dos recursos naturais, pesca, animais de criação, gado.
 19. Viabilizar programas e projetos para recuperar áreas degradadas nos territórios quilombolas
 20. *(a exemplo do projeto Adote uma Árvore, realizado pela comunidade em Abacatal, e o do Ideflor de recuperação de áreas com produtos extrativistas, com espécies como açaí, castanha, cupuaçu).*
 21. Garantir o mapeamento das áreas públicas não destinadas, federais, estaduais e municipais, para regularizar os territórios quilombolas.
 22. Realização de seminários e oficinas para estimular a participação das comunidades e fortalecimento das organizações.
 23. Construção de sistema de monitoramento de mudanças climáticas com participação quilombola.
 24. Conscientizar as áreas nos entornos e vizinhos das comunidades quilombolas sobre mudanças do clima.
 25. Criar um comitê quilombola para discutir as mudanças do clima.
 26. Formação dos quilombolas para mapeamento/etnomapeamento nos seus territórios.
 27. Valorização das práticas tradicionais no uso dos recursos naturais.
 28. Elaboração e efetivação dos protocolos de consulta.
 29. Prefeitura de Santarém (PA) deve titular o território do Quilombo urbano Pérola do Maicá.

Percepções durante o debate no grupo

- Queimadas e desmatamento tem alterado clima e temperatura, com diminuição de água nos igarapés, impacto nos ovos de quelônios.

- Diminuição da vazão nos rios dificulta o deslocamento e transporte nos rios de pessoas e da produção, acesso aos roçados e áreas de extrativismo.

Grupo 2: CULTURA E IDENTIDADE QUILOMBOLA

1. Registrar, difundir e valorizar as práticas e saberes tradicionais dentro (escolas quilombolas) e fora das comunidades (rádios, mídias digitais, publicações), envolvendo os mestres, griôs e comunitários.
2. Toda e qualquer pesquisa e atividades nos quilombos deve ter o consentimento prévio dessas comunidades, garantindo a publicação somente das informações e imagens autorizadas por elas, além do retorno dos resultados obtidos.
3. Identificar, catalogar e mapear os patrimônios materiais e imateriais existentes nas comunidades para fins de tombamento e registro, gerando publicações em linguagem acessível.
4. Garantir recursos financeiros e humanos nas diferentes instâncias de governo para apoiar a manutenção das manifestações culturais e dos bens materiais e imateriais, considerando as complexidades e diversidades das realidades, acessando de forma simplificada.

➤ **Incluir o Conceito de mestre e griô no texto da política**

Grupo 3: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

1. Que as instâncias governamentais respeitem e reconheçam os acordos de uso dos recursos naturais e da gestão do território feito pelas organizações comunitárias.
2. Promover a construção de protocolos de consulta livre, prévia e informada em todos os municípios que possuem comunidades quilombolas rurais e urbanas, viabilizando apoio financeiro para os encontros, conforme a Convenção 169 OIT.
3. Criar Centros de Formação Itinerantes Regionais de lideranças quilombolas sobre Gestão Territorial e Ambiental, garantindo a participação de jovens e mulheres.
4. Garantir e fortalecer espaços de diálogo específicos para avançar na regularização fundiária dos territórios quilombolas, com representantes do governo e movimentos sociais, a exemplo das Mesas Quilombolas.
5. Implementar, acompanhar e fiscalizar o acesso e a efetivação das políticas públicas direcionadas para as comunidades quilombolas (saúde, educação, assistência social, ...), bem como a transferência das informações pelas organizações sociais.

ATIVIDADES PRODUTIVAS

1. Fortalecer **ações de fiscalização** nos territórios quilombolas a serem feitas pelo Estado, considerando principalmente a ameaça ao sustento das famílias.
2. Formação de **agentes ambientais** comunitários remunerados para vigilância do território.
3. Apoio e fortalecimento dos **acordos comunitários** de uso dos recursos naturais, considerando a elaboração participativa da comunidade, monitoramento, avaliação, divulgação e sinalização dos territórios.
4. **Acordos** elaborados com regras para a comunidade e para pessoas de fora.
5. Envolvimento dos órgãos ambientais para compreender, fazer cumprir e serem parceiros na implementação dos **Acordos**.
6. Criar mecanismos facilitados (considerando as condições das organizações locais) para aquisição da merenda produzida na comunidade - priorizando percentual da **alimentação escolar a ser fornecida pela própria comunidade no** território quilombola).
7. Desburocratizar acesso aos projetos produtivos nos territórios quilombolas. Ampliar o **financiamento de projetos produtivos** com procedimentos facilitados (a exemplo do Fundo Dema e outros que podem ser acessados por diversos tipos de organizações).
8. **Divulgação** de linhas de financiamento (crédito e fundo perdido) existentes para apoiar as atividades produtivas nos territórios quilombolas.
9. Para **territórios não titulados tem que ter procedimentos específicos** que possibilitem acessar financiamentos.
10. **Apoio técnico (Assistência Técnica e Fomento) para produção** considerando as práticas tradicionais, produção orgânica e agroecológica.

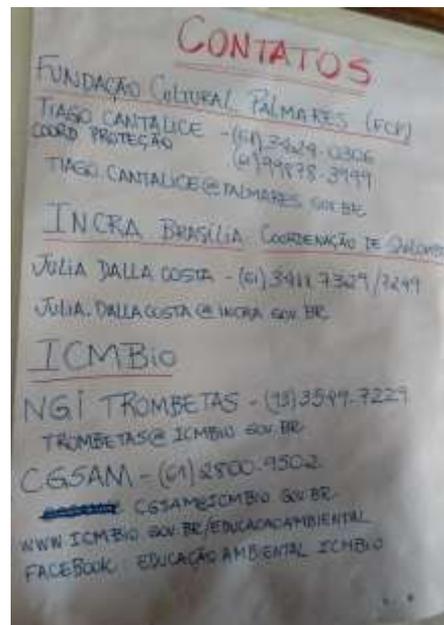
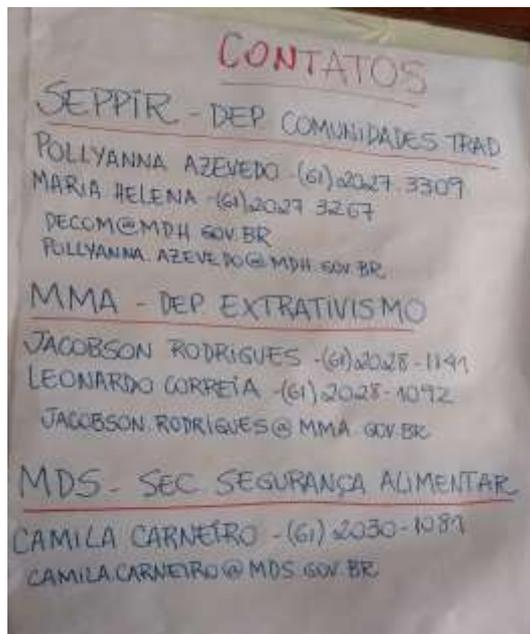
OUTRAS PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

1. Que a CONAQ assuma a pauta de construção dos Protocolos de Consulta com os Territórios Quilombolas
2. Que a CONAQ faça documento de Repúdio ao Decreto do Estado do Pará nº 1969, de 24/01/2018, que cria um Grupo de Estudo para estabelecer as consultas, desqualificando os Protocolos construídos pelos quilombolas e violando a Convenção 169
 - Existe uma Recomendação do MPE de não aplicabilidade
- *As propostas direcionadas à CONAQ foram acolhidas pelos representantes da Coordenação Executiva presentes e serão levadas a Plenária Nacional da CONAQ de 10 a 16/05.*
3. Os quilombos da região levarão para a próxima Reunião da Mesa Quilombola a exigência de que o INCRA cadastre as famílias quilombolas no Cadastro do SIPRA para acessar recursos do Pronaf e demais políticas públicas, ter DAP, condições para aposentadoria

Júlia do INCRA esclarece que a Portaria 175/2016 – reconhecendo os quilombolas como público da Reforma Agrária e regulamentada pela Nota Técnica Conjunta DF/DT/DD nº10/2017. Os Quilombos de SE e GO foram pilotos para este registro. INCRA vai começar com os territórios titulados e os com emissão de posse. No Pará é possível o INCRA começar este ano.

4. Representantes da SEPPIR aqui presentes levarão a reivindicação de providências para proteger os quilombolas ameaçados e a apuração e justiça para as lideranças assassinadas

CONTATOS SERVIDORES DO ESTADO PRESENTES NA OFICINA



REPRESENTANTES QUE PARTICIPARÃO DA OFICINA NACIONAL

